

CADEIA DE COMANDO

UMA VOZ AMERICANA

Alexandra Barahona de Brito

SEYMOUR HERSH

**Chain of Command.
The Road from 9/11
to Abu Ghraib**

Londres,
Allen Lane,
2004, 394 páginas

A última vez que Seymour Hersh fez manchetes mundiais foi durante a Guerra do Vietname, com a sua denúncia do massacre de My Lai e do respectivo encobrimento oficial, há mais de trinta anos. Esse trabalho valeu-lhe o Prémio Pulitzer em 1969, e, desde então, Hersh tem-se dedicado a expor os pontos fracos das políticas dos Estados Unidos, com um afínco quase ausente do jornalismo americano de hoje¹.

Em *Cadeia de Comando*, o seu último livro, Hersh dá-nos uma explicação detalhada de alguns acontecimentos-chave desde o 11 de Setembro. O livro inclui um extenso relato jornalístico dos fracassos dos serviços secretos no período que antecedeu o 11 de Setembro, a série de fracassos graves na planificação do pós-guerra no Afeganistão e o que só pode ser visto como uma tragédia no Iraque, da natureza das relações dos EUA com o Paquistão, do tráfico de influências e da corrupção ao mais alto nível entre membros da Administração norte-americana. A génese do livro é uma série de artigos publicados na *New Yorker*, revista para a qual trabalha. Em 2003, tornou-se o primeiro repórter americano a

afirmar categoricamente que não existiam armas de destruição maciça no Iraque e, apesar de não ter sido ele próprio a divulgar o escândalo da prisão de Abu Ghraib, foi o facto de ser ele o detentor das fotografias de abusos a prisioneiros (e a decisão do *New Yorker* em publicá-las) que forçou a cadeia de televisão CBS a divulgar a história em 2004².

Apesar da sua abrangência, há em *Cadeia de Comando* uma forte corrente temática: o efeito perverso da apropriação do processo político por uma mão cheia de ideólogos. Divulgar a «ideologização» do processo de fazer política, o delimitar das linhas exteriores das mais pragmáticas e experientes instituições e pessoal pelos neoconservadores, e a grosseira incompetência e ignorância (tanto real quanto «deliberada») que dão cor à tomada de decisões como resultado daquele «golpe» interno, revela quão frágil é a linha divisória entre o mau e o bom no processo de fazer política, e a capacidade de qualquer democracia para resistir a um assalto ao poder montado por indivíduos persuadidos de serem os donos da verdade e, no caso do Presidente, no cumprimento de uma missão divina.

LEGITIMAR E NEGAR A TORTURA

No primeiro capítulo do livro («Tortura em Abu Ghraib»), Hersh pormenoriza o processo pelo qual a tortura se tornou parte oficial mas não publicamente declarada da guerra americana ao terrorismo. Nas suas palavras: «As raízes do escândalo de Abu Ghraib não estão na orientação criminosa de um pequeno número de reservistas do Exército, mas no facto de George Bush e Donald Rumsfeld terem privilegiado as operações secretas e o uso de coacção (e a vingança olho-por-olho) na luta contra o terrorismo.» Depois do 11 de Setembro, foi emitida uma ordem presidencial secreta para estabelecer equipas dissimuladas para capturar, interrogar e matar suspeitos de terrorismo (depois de Dezembro de 2001 uma unidade militar especial começou a fazer «desaparecer» pessoas para que pudessem ser detidas e torturadas «não-oficialmente» em locais não revelados no estrangeiro – esta política é descrita com maior detalhe no sexto capítulo, que se dedica à Guerra do Iraque e aos esforços de contra-subversão dos EUA nesse contexto), e outra que privava qualquer suspeito de pertencer à Al-Qaida ou aos Taleban do estatuto de prisioneiro de guerra de acordo com a Convenção de Genebra. Os conselheiros legais da Casa Branca empenharam-se em fazer baixar a fasquia da definição de tortura (o acto de infligir dor levando à «falha significativa de um órgão ou à morte», por exemplo) e a de privar os detidos de qualquer direito à luz das leis federais ou internacionais. Hersh mostra como as autoridades dos Estados Unidos negaram sistematicamente qualquer tortura ou desapareci-

mento face às denúncias crescentes (incluindo de pessoas da CIA e do Pentágono) e, quando finalmente confrontados com as provas fotográficas, puseram a culpa em algumas «maçãs podres» e confessaram o seu choque. Nas palavras de Bush: «os nossos homens receberam instruções para obedecerem à lei», «a ausência de tortura é um direito humano inalienável» e os EUA estão «firmemente empenhados na defesa da Convenção de Genebra.» Este tipo de hipocrisia oficial e negação é revoltante mas demasiado habitual; é triste constarmos o quão curta é a memória histórica, como tão poucos líderes aprenderam com os erros dos seus antecessores. Apesar de existirem muitas provas históricas de que a tortura não é um instrumento útil de guerra nem de obtenção de informações (qualquer funcionário do Departamento de Estado com algumas décadas de serviço pode confirmar isto), Bush optou por empreender esta guerra ao medo trazendo de volta esta inútil (para não dizer ilegal e imoral) técnica de obtenção de informações.

Os EUA estiveram envolvidos no treino de agentes para tortura nos anos 60 e 70 na América Latina, e deram apoio indirecto e por vezes directo às «guerras sujas» empreendidas pelos regimes militares contra terroristas reais e imaginários na América Latina. Essa experiência trouxe muitas lições. Em primeiro lugar, a tortura não trouxe quaisquer «benefícios» aos serviços de informação. Como foi amplamente documentado, a maioria dos grupos armados foi desmantelada muito antes da consolidação da lei militar e muito antes de a política da tortura e desaparecimento ter

sido sistematizada. Quando a tortura é permitida e institucionalizada, usa-se para tudo excepto para a obtenção de informações úteis (que é a única «desculpa» possível que se pode acabar por usar para a tolerar – tal como no cenário de «bomba relógio» de Dershowitz). Em segundo lugar, fica nas sociedades um trauma que leva gerações a ultrapassar. Neste caso, o recurso à tortura teve um impacto devastador na opinião pública árabe. Como refere Hersh: «Funcionamos com a culpa, [os muçulmanos] funcionam com a vergonha», e não há maior vergonha para um muçulmano do que ter que simular actividade homossexual completamente nu enquanto é fotografado por uma mulher. Não haverá perdão para este exercício completamente gratuito e inútil. Para se ser um império, por muito informal que seja, tem de se ter uma capacidade gramsciana para a hegemonia. E se no caso dos EUA a sua hegemonia ideológica foi baseada numa fé generalizada na sua irrevogável (apesar de nem sempre consistente) adesão a certos direitos e liberdades fundamentais, a capacidade para persuadir/dominar pelo exemplo, a imagem dos EUA, enquanto libertador, foi agora irremediavelmente prejudicada, e não apenas no mundo árabe.

FALHAS DE INFORMAÇÃO: A HISTÓRIA PREVISTA DE TODAS AQUELAS MORTES?

No segundo capítulo do livro, Hersh tenta mostrar como e porquê os serviços de informação dos EUA falharam em «ouvir» todos os sinais de aviso acerca do ataque às Torres Gémeas. Mostra como a CIA do pós-Guerra Fria não estava preparada para

a tarefa, tendo falta de pessoas com as aptidões culturais e linguísticas necessárias para um bom trabalho de espionagem, ao ponto de Robert Baer, «um indivíduo fluente em árabe que foi considerado talvez o melhor agente no terreno no Médio Oriente», ser citado como tendo dito que «[a orientação da CIA] tornava o dia de trabalho bem mais fácil. Limitava-me a ver a CNN». Uma grande parte do problema, como descreve Hersh, foi a burocratização da CIA, que um antigo agente descreve (referindo-se aos painéis formados para escolher novos agentes) como tendo «um cardiologista na Califórnia a decidir se um cirurgião em Nova York podia abrir um tórax». No que diz respeito ao FBI, a falta de experiência com as comunidades muçulmanas nos EUA é descrita como não tendo «olhos e ouvidos» e como estando «nua». Na sua descrição do julgamento de Zacarias Moussaoui, um indivíduo que já estava preso antes do 11 de Setembro e que confessou ser membro da Al-Qaida, Hersh também mostra que se a «ordem» não era efectiva, a «lei» também foi ineficaz, e que a insistência do chefe da segurança interna na pena de morte que pretendia para Moussaoui significava que ele não tinha qualquer utilidade enquanto fonte de informação potencialmente válida.

Finalmente, talvez o aspecto mais evidente deste relato seja a consciência que o Governo teve do seu fracasso em utilizar ou agir sobre as informações de que dispunha, e de ter insistido em que não havia forma de os EUA estarem mais preparados para os ataques do que estavam. Não pode dizer-se, claro, que o 11 de Setembro podia

ter sido evitado, que todas aquelas mortes podiam ter sido previstas, mas pode dizer-se que a cultura de segredo e negação da presente Administração Bush significou que os erros não são abertamente admitidos e as reformas necessárias para tornar a «segurança interna» efectiva nunca são, portanto, devidamente instituídas. Em vez disso, a tendência tem sido para sobre-enfatizar a coerência e profissionalismo dos terroristas, e incrementar um sistema de vigilância que é ineficaz e, simultaneamente, viola direitos civis básicos.

AFEGANISTÃO E IRAQUE: CRÓNICAS DO FRACASSO

No terceiro capítulo, dedicado à «guerra esquecida» no Afeganistão, Hersh desenvolve duas importantes histórias: a má planificação da guerra e concomitante fracasso na detenção de qualquer importante líder da Al-Qaida, e os efeitos igualmente negativos da ausência de qualquer política real para o pós-guerra. Na primeira secção, é-nos dada uma ilustração dos problemas com o relato da «Operação Anaconda», um ataque por terra às montanhas de Shah-i-Kot, em Março de 2002, onde muitos Taleban e membros da Al-Qaida foram supostamente encurralados. Esta operação levou a um outro conflito causador de atritos entre o Exército (o CENTCOM, que planeou o ataque) e os Fuzileiros. De acordo com um estratega da Força Aérea, o Exército «mandou um bando de miúdos sem qualquer plano e sem ideia sobre como travar uma guerra numa montanha e morreram», uma crítica repetida pelo general Wesley Clark. Novamente, a história principal remete-nos

para um deficiente trabalho de informação, tomadas de decisão incompetentes e uma incapacidade para admitir e rectificar erros por parte do executivo. Como diz um antigo agente contraterrorista da CIA citado por Hersh, a ignorância das «pessoas que estão no topo» era avassaladora, «[...] estão a basear tudo em briefings que transmitem a ideia geral, da ideia geral, da ideia geral. Os tipos que estão no topo não podiam ser mais ignorantes, mas no topo a lealdade conta mais do que a eficácia [...] É mais do que assustador. Há um total fracasso da guerra contra o terrorismo, sem dúvida».

As críticas referidas por Hersh vêm de fontes sólidas: *Contra todos os Inimigos*, as memórias escritas por Richard A. Clarke, antigo responsável pela acção contraterrorista do Conselho Nacional de Segurança, e da Comissão de Inquérito ao 11 de Setembro. Clark criticou a decisão de contar apenas com forças aéreas em vez de outras tropas, apesar dos repetidos avisos de que a perseguição bem sucedida à liderança da Al-Qaida não seria possível sem um sério compromisso operacional. Este ponto de vista é sustentado pelo relatório extremamente crítico do coronel do Exército Rothstein, um perito em guerra não-convenicional, encomendado em 2002 pelo Departamento de Forças Especiais e Conflitos de Baixa Intensidade do Pentágono. Pelo final de 2001, a guerra afegã tinha-se transformado essencialmente num conflito de contra-insurreição. Nesta altura, a viragem para um tipo de guerra não-convenicional era importante. Uma das razões frequentemente citadas para esta escolha é o desejo de Rumsfeld de provar que a sua

teoria de que o futuro da guerra passava pela utilização de um reduzido número de tropas e um poder aéreo esmagador. Outra razão-chave era que Bush estava a guardar tropas para o Iraque.

Na terceira secção deste capítulo sobre o contexto pós-guerra, Hersh detalha a forma como, apesar das avaliações oficiais optimistas e declarações de uma política de sucesso, os Taleban e a Al-Qaida são ainda uma presença, a produção de heroína está nos níveis mais elevados de sempre, e apesar do uso de milhares de militares dos EUA, a perseguição a Osama bin Laden falhou lugubrememente e o Afeganistão é novamente uma «incubadora de terroristas». Uma das razões pelas quais o pós-guerra falhou é que, poucos meses após a Conferência de Bona, tinha começado o crescendo que iria levar à Guerra do Iraque, o verdadeiro alvo da Administração desde o 11 de Setembro. Como refere Clark, «as forças especiais dos EUA que receberam formação em língua árabe, a língua da Al-Qaida, tinham sido retiradas do Afeganistão e enviadas para o Iraque». Em Janeiro de 2003, o subsecretário de Estado da Defesa, Paul Wolfowitz, anunciou que «nunca será demasiado rápido. Quanto mais rápido, melhor» no que dizia respeito a retirar do Afeganistão, mesmo com os peritos militares a avisarem que as tropas dos EUA já não tinham capacidade para «ver» o inimigo no terreno. Hersh cita uma fonte militar como tendo dito que «a partir de Janeiro de 2002 estávamos no processo de arrancar a derrota das garas da vitória».

A crítica de Hersh vem no seguimento do facto de os EUA terem bombardeado o

Afeganistão, matando milhares de pessoas, para melhorar a vida dos afegãos e terem acabado por deixar o país na desordem. Esta crítica é demasiado áspera no seguinte aspecto geral: a situação no Afeganistão era de tal maneira caótica que teria sido necessário um milagre para transformar o país, e nem dos EUA se pode esperar a realização deste tipo de milagre. No entanto, noutros níveis mais específicos, a sua crítica é certa e muito relevante: a falta de atenção das chefias políticas para com os peritos militares, veteranos de guerra e instituições com uma memória histórico-burocrática longa e firmemente implantada; a completa falta de interesse por complementar uma estratégia militar com um compromisso financeiro para reconstruir o país; a mentira consistente sobre o que estava realmente a acontecer no terreno (o relatório de Rothstein, por exemplo, descreve o amplo abismo entre a forma como Donald Rumsfeld representava a guerra e aquilo que estava verdadeiramente a acontecer. Igualmente notável foi o facto de o relatório de Rothstein lhe ter sido devolvido com a mensagem de que tinha de o reduzir drasticamente e suavizar as suas conclusões); e, finalmente, resultando em parte desta incompetência ideologicamente motivada, o completo fracasso em capturar qualquer importante operacional da Al-Qaida, incluindo bin Laden.

Uma história semelhante de má política sob a forma de desdém para com o experiente Departamento de Estado e canais de decisão militar, moldou a história da invasão do Iraque. O quarto capítulo descreve a primeira luta para apanhar Saddam

Hussein, desde antes da eleição de Bush até ao final de 2001, com a consolidação do grupo neoconservador fervorosamente a favor da invasão, a confiança no desacreditado Chalabi, a crescente hostilidade mútua entre o Departamento de Estado e o Pentágono («é o regresso dos loucos de direita») nas palavras de um funcionário sénior do Departamento de Estado acerca da equipa de Wolfowitz), e o processo que culminou com o compromisso de guerra de Bush em 2002. A história do Iraque continua nos capítulos cinco («Quem mentiu a quem?», que conta em pormenor a história de como o medo de que o Iraque possuísse armas de destruição maciça foi transformado num facto inegável e como uma possível ligação entre o Iraque de Saddam Hussein e a Al-Qaida foi completamente fabricada) e seis («O secretário e os generais», que se dedica ao conflito entre Rumsfeld e o comando militar acerca da melhor maneira de avaliar a guerra no Iraque – uma repetição da batalha sobre o Afeganistão – e os esforços de contra-subversão no contexto do pós-guerra, que revela como a guerra começou assim que os EUA declararam que ela tinha terminado). O impacto dominante do relato do que aconteceu no Iraque é essencialmente contradizer por completo a ideia de que a guerra acabou em Março de 2003, de que a insurreição é uma força moribunda e que o Iraque está a caminho de se transformar numa democracia pluripartidária e multiétnica pela salvação que lhe veio do exterior.

Mais uma vez, os pontos a que Hersh (e qualquer pessoa que leia este relatório) mais se opõe são, obviamente, a mentira e

negação descarada e a confiança cega numa agenda ideológica, em detrimento do senso comum. Um exemplo brilhante disto é a história sobre os documentos que vieram a lume descrevendo como o Iraque tinha comprado urânio ao Níger para o fabrico de armas nucleares, e que se provou serem falsos, mas que, ainda assim, foram usados pela Administração Bush como prova contra Saddam Hussein e como parte da justificação para invadir o Iraque. A história sobre a «fabricação» desta informação é sobejamente conhecida. Citando um antigo agente dos serviços de informação: «[...] estavam a utilizar as informações da CIA e de outras agências apenas quando esta se enquadrava na sua agenda. Não gostavam da informação que estavam a obter, e portanto, chamaram pessoas para escrever aquilo. Estavam tão enlouquecidos e tão distantes e era tão difícil chamá-los à razão que se tornava bizarro. Dogmáticos, comportavam-se como se estivessem a executar uma missão divina.» Hersh termina este capítulo citando uma entrevista de Cheney, de Setembro de 2003, ao programa de televisão *Meet the Press*, na qual o Vice-Presidente torna a validar os naquela altura já completamente desacreditados documentos do Níger, como se o seu uso no processo de tomada de decisão fosse justificável. Tal capacidade para a negação e para a mentira faz-nos pensar sobre para onde irão a seguir os que fazem política desta maneira.

O QUE VIRÁ A SEGUIR?

No capítulo final, «O Médio Oriente após o 11 de Setembro», Hersh escreve que «o

espectro de um fracasso americano no Iraque criou novas ansiedades e novas alianças, e deu novas formas às políticas do Médio Oriente. Antes da guerra, os neo-conservadores na Administração Bush tinham-se convencido – e ao Presidente e ao Vice-Presidente – de que o caminho para a democratização e para a paz no Médio Oriente passava por Bagdade. Uma vez afastado o regime de Saddam Hussein, argumentaram que a democracia se implantaria no Iraque e depois alastraria ao Irão, à Síria, à Arábia Saudita e ao Líbano. Por toda a região, os países renunciariam ao terrorismo e virar-se-iam para o Ocidente. Os israelitas também viram a invasão com bons olhos porque os Estados Unidos, o seu melhor aliado, estavam agora muito mais presentes no Médio Oriente. As coisas não correram como planeado: é o terrorismo e não a democracia que está a alastrar pela região.» Portanto, as «histórias que se seguem» neste capítulo, «são sobre nações que possuem um elemento essencial em comum: representam desafios a que a Administração Bush, guiada pela sua obsessão pelo Iraque, não tem querido dirigir-se», nomeadamente a Arábia Saudita, o Irão, a Síria e a questão curda.

A parte mais interessante deste capítulo é a análise dos rumores fundamentados acerca de que «o Irão é a seguir»³. Hersh relata a actividade dos comandos dos EUA a operar dentro do Irão desde o Verão de 2004, alegadamente para identificar possíveis locais onde existam armas para bombardeamentos. A Casa Branca obteve novos poderes para que tais operações possam ser conduzidas sem a supervisão

do Congresso e evitando o envolvimento da CIA. Hersh relata que um consultor governamental de topo com ligações ao Pentágono afirmou que Rumsfeld e o seu antigo vice, Paul Wolfowitz, «querem entrar no Irão e destruir o maior número possível de infra-estruturas militares». Os EUA estão alegadamente a ser coadjuvados por Israel e pelo Paquistão, com o último a receber em troca garantias de que não haverá qualquer pressão dos EUA para lhe entregarem o cientista nuclear Abdul Qadeer Khan, responsável pela passagem de tecnologia nuclear para o Irão, para a Líbia e para a Coreia do Norte. O Paquistão é o foco do sétimo capítulo do livro, «Um amigo muito perigoso». Neste capítulo, Hersh descreve o jogo dos EUA favorecendo a amizade com Musharraf, a bomba-relógio que é o conflito em curso entre o Paquistão e a Índia sobre Caxemira e a outra bomba relógio que é o efeito do mercado negro na tecnologia nuclear (e o papel que as autoridades paquistanesas e Abdul Qadeer Khan têm nisso). Estas são talvez as partes do livro menos interessantes e menos bem construídas. Apontam, certamente, para questões e desafios sérios que se colocam à comunidade internacional, mas é difícil estabelecer um «elo causal» entre os grosseiros fracassos da política dos EUA e os desafios mais vastos colocados pelo Médio Oriente (o elo causal nos outros capítulos é claro e inegável). Apesar de a recente política dos EUA não ter, certamente, tornado este mundo um «local mais seguro», e possa até defender-se que fez o contrário, não podemos deixar de sentir que Hersh culpa os EUA de demasiadas coisas.

**O «GOLPE» NEOCONSERVADOR:
«NEM TODOS OS CAVALOS DO REI
E TODOS OS HOMENS DO REI...»**

Um dos aspectos mais interessantes da exposição de Hersh diz respeito à ascensão ao poder de um pequeno grupo de neoconservadores, e a capacidade que revelaram para dominar, distorcer e ideologizar o processo de decisão política ao mais alto nível. Hersh faz a crónica da batalha entre os departamentos de Estado e de Defesa, e entre a camada superior de políticos nomeados no Pentágono e na Casa Branca e os agentes seniores de média patente nas forças militares e nos serviços de informação e espionagem. Faz revelações do mundo dos que fazem política e que não são apenas desonestos (uma acusação que pode ser feita a quase todos os governos) mas também preocupantemente incompetentes, capazes de fazer vista grossa a todo e qualquer facto que não lhes convenha e determinados a ignorar as recomendações que se intrometam no caminho dos seus objectivos pré-definidos e, finalmente, terrivelmente ignorantes acerca do mundo que querem transformar. Como Hersh afirmou noutra local, o mais assustador nesta mudança é que os neoconservadores são «idealistas [...] utópicos», que parecem verdadeiramente acreditar que a melhor forma de combater o terrorismo é invadir Bagdade e torturar os detidos. Como se isto não bastasse, Hersh vai mais longe mostrando que entre os ungidos existe também corrupção de uma variedade mais prosaica.

Richard Pearle, talvez o mais infame dos neoconservadores, referiu-se a Hersh como

«a coisa mais próxima de um terrorista que o jornalismo americano tem»⁴. A leitura das suas revelações deixa claro por que é que Pearle tem esta ideia de Hersh, já que as implicações dos escritos deste último se aproximam da retribuição do cumprimento. A descrição de Hersh do conflito de interesses entre o trabalho de Pearle enquanto investidor em firmas de defesa e o seu estatuto de *insider* acabou por levar à renúncia de Pearle do seu cargo no Departamento de Defesa e à ameaça de processar Hersh por difamação. A ameaça nunca se materializou, e Pearle está agora em apuros devido a alegadas malfeitorias financeiras cometidas enquanto membro da administração do Grupo Hollinger (do milionário canadiano, Conrad Black).

O que se entende destas revelações traz à memória a canção infantil do Humpty Dumpty a cair de muito alto, e de como nem todos os cavalos do rei nem todos os homens do rei conseguiram pô-lo outra vez no seu lugar: o estrago causado à imagem dos EUA no estrangeiro e dentro dos próprios EUA pelas políticas adoptadas por este grupo de indivíduos desde o 11 de Setembro parece ter dado a Humpty Dumpty (os EUA multilaterais, os mentores da ONU e do Tribunal de Nuremberga, os EUA do movimento dos direitos cívicos, etc.) um rude golpe. Isto não constitui nenhum motivo de alegria ou *schadenfreude*: pelo contrário, é uma leitura muito moderada e preocupante. Para os que vêem nos EUA a melhor esperança de um «império do bem» – o único na História cujo compromisso interno e externo para com a democracia, o primado do Direito, dos Direitos Humanos e multilateralismo tem

sido mais do que um mero exercício de retórica – e para os que não identificam «americano» com a «Administração Bush», os EUA ainda representam o direito ao livre arbítrio, a criticar o governo e à defesa dos padrões morais básicos que fazem de uma democracia de primado do Direito o que ela é: a menos má forma de governo que inventámos até hoje.

UMA VOZ VERDADEIRAMENTE AMERICANA

Hersh tem sido frequentemente acusado de antiamericanismo ou antipatriotismo. Mas, na sua capacidade e esforço para falar ao poder, a voz de Seymour Hersh é, de facto, uma verdadeira e excepcional voz americana. A mentira e a ocultação sempre o irritaram. A sua indignação e expectativa implícita de que os americanos merecem muito mais do seu governo, são o fio condutor dos seus textos. Não há qualquer cinismo na sua narrativa: quanto mais ele revela, mais aparente se torna o seu ultraje. Como diz o próprio Hersh: «Os meus pais eram imigrantes [...] vieram para aqui porque a América significava alguma coisa [...] a Estátua da Liberdade e tudo isso, porque a América sempre foi um bastião de moralidade e integridade e um local onde se podia começar de novo. Está mesmo à frente dos nossos olhos, e não escondido, que eles nos tiraram isso»⁵.

Também existe uma fraqueza exclusivamente americana nos textos de Hersh: ele acredita no mito americano de que tudo é possível. É quando ele implicitamente espera o impossível dos EUA que o seu texto é mais fraco. Porque, se a crítica resulta e é mordaz quando se pode vislum-

brar uma alternativa melhor e exequível, perde o seu poder quando os problemas de que fala são demasiado grandes para até os poderosos EUA os enfrentarem sozinhos. A força maior do texto e apetência jornalística de Hersh são as investigações pormenorizadas, a sua capacidade para assegurar o testemunho de elementos-chave dentro da burocracia dos EUA, tanto militar quanto civil. Hersh tanto é um *insider* como um *outsider*. As suas reportagens de marca registada estão, pois, apinhadas de citações de fontes oficiais sem nome, de alta e média patente. É conhecido por distorcer a verdade quando faz discursos ou dá entrevistas (mudando nomes, lugares, datas) mas o seu trabalho legitimado factualmente ainda não foi desacreditado (o Pentágono tomou a medida pouco usual de emitir um comunicado de imprensa antes de o livro ser publicado, afirmando que continha «muitas das numerosas alegações não confirmadas e incorrecções que ele fez no passado com base em fontes não identificadas»). O que isto tem de notável não é tanto o Pentágono ter feito qualquer rejeição das suas alegações baseada em factos – o que não fez – mas que se tenha dado ao trabalho de emitir um comunicado de imprensa). Hersh não está separado das suas fontes: são perfeitamente notórios os seus sentimentos de simpatia ou empatia para com os militares e agentes do Governo de média patente que tentam «fazer o seu trabalho» face a superiores insensatos. Não admira que consiga que eles falem com ele.

As palavras das fontes de Hersh avolumam-se com a intensidade de um coro grego.

Na verdade, constituem um coro americano cujo tema é expor a traição ao Sonho Americano de uma sociedade baseada em direitos, dentro e fora dos EUA, com honestidade e clareza. E esta é uma visão e um exercício exclusivamente americano. O que este livro também mostra indirectamente – algo que pode ser difícil de compreender para quem está do lado de fora – é exactamente quanto o 11 de Setembro

mudou os EUA, deixando as marcas de um trauma que moldará as perspectivas políticas durante muito tempo. E, talvez inadvertidamente, também falha, no mínimo, em contradizer a noção desconfortável de que o 11 de Setembro será também talvez recordado como o acontecimento decisivo que marcou o início da «queda» daquele império do Bem. **RJ**

TRADUÇÃO: JOSÉ CARLOS POMBO

NOTAS

1 Hersh é autor de outros sete livros: *O Lado Negro de Camelot* (1998); *Contra Todos os Inimigos: Síndrome da Guerra do Golfo: A Guerra entre os Veteranos da América Doentes e o seu Governo* (1998); *A Opção de Sansão: O Arsenal Nuclear de Israel e a Política Externa Americana* (1991); *O Alvo Está Destruído: O Que Aconteceu Realmente ao Voo 007 e o que a América Sabia Disso* (1986); *O Preço do Poder: Kissinger na Casa Branca de Nixon* (1983), [que recebeu o National Book Critics Circle Award e o Los Angeles Times Biography Book Prize, e constituiu a única grande contribuição para condenar Kissinger como criminoso de guerra]; *Disfarce: A Investigação Secreta do Exército ao Massacre de My Lai* (1972); *My Lai 4: Um Relatório sobre o Massacre e suas Consequências* (1970). Hersh escreveu centenas de artigos, mas talvez o mais famoso seja o do *New York Times*, «Grande operação da CIA relatada nos EU contra as Forças Anti-guerra, outros dissidentes durante os anos Nixon» publicado em 22 de Dezembro de 1974, que conta a história das operações secretas da CIA e que se acredita ter sido a razão por que o Comité Church, ou Comité do Senado dos EUA para estudar as operações governamentais face às actividades de espionagem, foi formado em 1975. O comité foi presidido pelo senador Frank Church (Partido Democrata) para investigar a recolha ilegal de informações pela CIA e pelo FBI nos primórdios do escândalo Watergate. Para ler um bom artigo bio-

gráfico sobre Hersh, ver: SHERMAN, Scott – «The Avenger: Sy Hersh, Then and Now». In *Columbia Review of Journalism*, Abril de 2003, em: <http://www.cjr.org/issues/2003/4/hersh-sherman.asp?printerfriendly=yes>.

2 A história de Abu Ghraib foi inicialmente publicada como: «Tortura em Abu Ghraib: soldados americanos brutalizaram iraquianos. Até onde vai a responsabilidade?». In *The New Yorker*, 10 de Maio de 2004. Outras partes deste livro foram inicialmente publicadas desta forma: «Quem mentiu a quem?». In *The New Yorker*, 31 de Março de 2003, em: www.newyorker.com/printable/?fact/030331fa_fact1; «Informações selectivas: Donald Rumsfeld e as suas próprias fontes especiais: são elas fiáveis?». In *The New Yorker*, 12 de Maio de 2003, em: www.newyorker.com/printable/?fact/030512fa_fact; «Alvos em movimento». In *The New Yorker*, 13 de Dezembro de 2003, em: www.newyorker.com/printable/?fact/031215fa_fact; «Cadeias de comando: como o Departamento de Defesa negligenciou o desastre em Abu Ghraib». In *The New Yorker*, 17 de Maio de 2004, em: www.newyorker.com/fact/content/?040517fa_fact2; «A Zona Cinzenta». In *The New Yorker*, 24 de Maio de 2004, em: www.newyorker.com/printable/?fact/040524fa_fact; «Plano B: À medida que se aproxima o 30 de Junho, Israel olha para os curdos». In *The New Yorker*, 28 de Junho de 2004, em: www.newyorker.com/printable/?fact/040628fa_fact.

3 As revelações feitas neste capítulo foram posteriormente complementadas pelo seguinte: HERSH, Seymour e GOODMAN, Amy – «Os EU levam a efeito operações secretas no Irão para possível ataque militar». In *Democracy Now*, 18 de Janeiro de 2005, em: www.democracynow.org/article.pl?sid=05/01/18/1447252#transcript; «As guerras futuras: o que o Pentágono pode fazer agora em segredo». In *The New Yorker*, 24 de Janeiro de 2005, em: www.newyorker.com/printable/?fact/050124fa_fact, e o mais recente «Para onde vai a guerra do Iraque a seguir». In *The New Yorker*, 12 de Maio de 2005.

4 Para ler a exposição de Hersh sobre Pearlle, ver: «Almoço com o Presidente da Direcção». In *The New Yorker*, 17 de Março de 2003, em: http://www.newyorker.com/printable/?fact/030317fa_fact. Para obter uma transcrição da entrevista em que Pearlle acusa Hersh de ser um terrorista, ver: «Prova final: Iraque». In *CNN Late Edition com Wolf Blitzer*, emitido em 9 de Março de 2003, em: <http://transcripts.cnn.com/TRANSCRIPTS/030309/le.00.html>

5 POWELL, Bonne Azab – «O jornalista de investigação Seymour Hersh revela os segredos do pântano iraquiano e da guerra ao terror». In *NewsCentre*, 11 de Outubro de 2005, em: www.berkeley.edu/news/media/releases/2004/10/11_hersh.shtml